

IFD/CMF

BRAZIL

STRENGTHENING THE INSTITUTIONAL NETWORK OF DEVELOPMENT FINANCE INSTITUTIONS IN BRAZIL FOR A DIGITAL, INCLUSIVE, DIVERSE, AND SUSTAINABLE RECOVERY

BR-T1486

TERMO DE REFERÊNCIA

(Consultoria para elaboração de estudo diagnóstico sobre os processos críticos no setor de IFD para digitalização, visando conhecimento sobre o potencial de ampliação da capacidade operacional, especialmente para atendimento às demandas de MPMEs em meio ao processo de recuperação econômica oriundo dos impactos da pandemia da COVID-19)

1. Antecedentes e Justificativa

- 1.1. Estabelecido em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID" ou "Banco") é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe (ALC). Oferece empréstimos, doações, garantias, assessoria política e assistência técnica aos setores público e privado de seus países mutuários.
- 1.2. A defesa do tecido produtivo e do emprego, especialmente a melhoria do acesso e das condições de crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), têm sido os principais objetivos políticos do BID na ALC ao longo de sua história. Por esse motivo, a crise de rápido desenvolvimento devido à pandemia de coronavírus (CV) e a doença que ela causa (COVID-19) representam um desafio histórico. Além do risco para a saúde que representa, a pandemia pode reduzir a renda e eliminar o emprego de milhões de pessoas. Embora seja difícil prever qual será o impacto a médio e longo prazo, é claro que nossa região deve desenvolver soluções rápidas e inovadoras para superar os efeitos do CV nos níveis social, sanitário, econômico e fiscal.
- 1.3. Com efeito, a defesa do tecido produtivo e do emprego foi uma das quatro áreas de ação prioritárias selecionadas pelo Grupo do BID para enfrentar a pandemia. O BID se comprometeu a apoiar os países da ALC na formulação, operacionalização e execução de medidas de política pública destinadas a apoiar as MPMEs afetadas pela crise e a financiá-las por meio de programas de acesso ao crédito e garantias de liquidez de curto prazo. desenvolvimento produtivo, juntamente com empréstimos ou garantias para cadeias de valor estratégicas.
- 1.4. Por sua vez, as medidas de restrições à livre circulação em função dos efeitos da pandemia têm induzido a antecipação de transformações econômicas vistas como tendências antes da eclosão da crise, a exemplo de estratégias de digitalização, reorganização de cadeias produtivas globais e alterações relevantes no mercado de trabalho, com o avanço da gig economy (trabalhadores independentes ou temporários em plataformas on-line), originando debates acirrados sobre a reformulação de modelos de negócios e a repactuação do "contrato social".
- 1.5. O desenvolvimento de respostas aos desafios e à crise da COVID-19 tem mostrado a

importância de alternativas de digitalização para manter os negócios em operação. A adoção de mudanças tecnológicas deve transformar substancialmente o comércio de varejo, a automatização de processos internos, o relacionamento com clientes e a disponibilização de catálogos digitais de bens e serviços. A digitalização e o uso de aplicativos de comércio eletrônico, especialmente no setor de comércio, restaurantes e alimentação em geral, já são realidade e têm sua adoção promovida e acelerada neste momento da crise.

- 1.6. Ou seja, o advento da crise sanitária causada pela pandemia da COVID 19 reforçou o protagonismo das tecnologias da informação e comunicação (TIC) na economia e no fortalecimento da resiliência das instituições financeiras, a exemplo das instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) no Brasil, componentes do Sistema Nacional de Fomento (SNF), e que se apresentam como instrumento relevante de mobilização de recursos e atuação contracíclica nesse atual cenário.
- 1.7. De fato, o fortalecimento das IFD no Brasil tem sido um fator importante na busca por soluções financeiras para o desenvolvimento econômico resiliente e sustentável do País. Nessa perspectiva, o BID vem buscando desenvolver um processo de acompanhamento de medidas de progresso no âmbito do SNF para enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia, principalmente no que concerne à mitigação dos efeitos da crise econômica sobre as MPMEs e os impactos sobre o nível de eficiência e higidez das IFD. Esse processo inclui, naturalmente, o apoio a processos de digitalização que apoiem seus sistemas, mitiguem riscos e viabilizem novas oportunidades em operações, especialmente com as MPMEs.
- 1.8. Não obstante, é oportuno, em face dos desafios inerentes à gestão de riscos e aprimoramento de processos internos nas IFD, por exemplo, indicar as melhores práticas de transformação digital adotadas pelo segmento no Brasil, de modo a permitir discutir, em bases mais sólidas, as possibilidades de melhoria de governança, processos e sistemas, à luz do cumprimento de seu mandato institucional. Nesse cenário, identifica-se a necessidade de agregar mais esforços de acompanhamento e de apoio técnico ao SNF.
- 1.9. Com base na presente CT, é possível apoiar a realização de programa no âmbito do SNF que permita mapear, de forma agregada, a aderência de IFD a fatores que sinalizem maior capacidade de uso de TIC no atendimento às demandas operacionais, particularmente no apoio às MPMEs.
- 1.10. Programa da espécie pode identificar e melhor estruturar medidas adequadas para o apoio institucional do BID junto às instituições financeiras do SNF, fortalecendo suas capacidades técnicas e institucionais e viabilizando parcerias que melhor atendam aos objetivos previstos nesta CT.

2. Objetivo

- 2.1. O objetivo deste TdR é **contratar consultoria técnica para realizar um estudo contendo diagnóstico e soluções estratégicas sobre os processos requeridos para melhorar a estrutura de digitalização de IFDs no Brasil, de modo a ampliar sua capacidade gerencial, de relacionamento com clientes, de ampliação de negócios e de comunicação com as partes interessadas**. O estudo deve identificar os processos críticos e riscos de TIC no segmento de IFD no atendimento às demandas de financiamento por MPMEs, em especial, e na maior inserção das IFD na economia digital, sinalizando caminhos possíveis de serem implementados pelas instituições.

3. Escopo dos Serviços

- 3.1. Especificamente, esta consultoria se centrará em executar atividades de promoção de conhecimento e levantamento/sistematização de informações e dados agregados, que podem ser utilizados para apoiar uma agenda futura nessa área, a critério das instituições beneficiárias, associadas à ABDE.

4. Atividades Principais

- 4.1. Para cumprir com esse objetivo de consultoria, espera-se sejam efetivadas as seguintes atividades:

- Atividade 1: Definição do plano de trabalho. A consultoria deve formalizar um plano no qual se descreve as etapas da pesquisa e respectivos prazos, um sumário detalhado para o documento final, os documentos acessórios, e o marco metodológico a ser aplicado. Ademais, o plano de trabalho deve prever reuniões de rotina entre as equipes da consultoria e de supervisão do BID, incluindo, conforme o caso, representantes da instituição beneficiária, para fins do devido acompanhamento das etapas de execução do serviço de consultoria;
- Atividade 2: Levantamento e diagnóstico de processos críticos para digitalização em IFD no Brasil. A consultoria deve definir o rol de informação e dados e aplicar a metodologia apropriada, como o uso de questionários e indicadores, para identificar, coletar e sistematizar informações que possam ser utilizadas para aferir os processos críticos identificados para apoiar a digitalização no segmento das IFD, na esfera interna de gestão de informação e na comunicação digital, no relacionamento com clientes da IFD (especialmente as MPMEs), e nas parcerias estratégicas nesse contexto. As informações e dados coletados, bem como pesquisas nacionais e internacionais utilizadas como fundamento para determinação do marco metodológico e definição de fatores de sucesso e processos críticos devem estar sistematizados e organizados na forma de um documento, doravante denominado Documento de Diagnóstico;
- Atividade 3: Recomendações (Documento Final). Espera-se que a consultoria possa efetuar recomendações gerais sobre a implementação de um processo de melhoria das condições de digitalização nas IFDs por meio de propostas de ações estratégicas. O documento final deve apresentar, como conclusão, uma avaliação sobre o grau de maturidade dos processos de digitalização em pauta, apontando as justificativas pertinentes, gargalos e caminhos estratégicos.
- Atividade 4: Apresentação dos resultados apurados. A consultoria será requerida para apresentar o resultado da pesquisa (conforme Documento Final), em reunião com as instituições beneficiadas ou por intermédio de um *webinario*, a critério do BID.

5. Resultados e Produtos Esperados

- 5.1 Documento de Diagnóstico: indicando os aspectos constantes da descrição da atividade 2.
- 5.2 Documento Final: indicando as recomendações constantes na atividade 3.

5.3 Os documentos gerados devem ser apresentados em português, sendo que o Documento Final deve incluir tabela de conteúdo, resumo executivo, introdução, marco metodológico, conclusões e referências bibliográficas.

6. Cronograma de Implementação.

6.1 A consultoria deve observar o seguinte cronograma:

- Um plano de trabalho contendo o *outline* e demais etapas do planejamento da pesquisa, conforme atividade 1 (15 dias a partir de sua contratação);
- O prazo para entrega dos produtos esperados da consultoria, a partir de sua contratação, será de 4 meses.

7. Critérios de Aceitação e Requisitos para a Consultoria

7.1 Os estudos e o Documento Final serão revisados por parte da equipe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e considerados concluídos uma vez que os comentários e sugestões sejam atendidos por parte da consultoria.

8. Supervisão e Prestação de Contas

8.1 As tarefas serão supervisionadas pelos especialistas Luciano Schwartz (IFD/CMF), Rafael Lima (IFD/CMF) e Maria Netto (IFD/CMF), com apoio de Rodrigo Porto (IFD/CMF).

9. Calendário de Pagamentos

9.1 As condições de pagamento serão baseadas nas etapas do projeto ou nos resultados obtidos. O BID espera não fazer pagamentos antecipados em contratos de consultoria, a menos que seja necessária uma quantidade destinada a viagens e missões. O BID deseja receber a proposta de custo mais competitiva para os serviços aqui descritos.

Calendário de Pagamentos	
Resultado	%
1. Entrega do plano de trabalho e do outline	10%
2. Entrega do Documento de Diagnóstico	40%
3. Entrega do Documento Final após comentários e sugestões.	50%
TOTAL	100%

IFD/CMF**BRAZIL****STRENGTHENING THE INSTITUTIONAL NETWORK OF DEVELOPMENT FINANCE INSTITUTIONS IN BRAZIL FOR A
DIGITAL, INCLUSIVE, DIVERSE, AND SUSTAINABLE RECOVERY****BR-T1486****TERMO DE REFERÊNCIA**

(Consultoria para gerenciamento de atividades atinentes à elaboração e apresentação de um plano de desenvolvimento sustentável a ser proposto pela ABDE para viabilizar melhor articulação institucional e coordenação entre os associados visando ampliar o papel das instituições financeiras de desenvolvimento no financiamento da sustentabilidade da economia.)

1. Antecedentes e Justificativa

- 1.1. Estabelecido em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID" ou "Banco") é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe (ALC). Oferece empréstimos, doações, garantias, assessoria política e assistência técnica aos setores público e privado de seus países mutuários.
- 1.2. A defesa do tecido produtivo e do emprego tem sido o principal objetivo político do BID na ALC ao longo de sua história. Por esse motivo, a crise de rápido desenvolvimento devido à pandemia de coronavírus (CV) e a doença que ela causa (COVID-19) representam um desafio histórico. Além do risco para a saúde que representa, a pandemia pode reduzir a renda e eliminar o emprego de milhões de pessoas. Embora seja difícil prever qual será o impacto a médio e longo prazo, nossa região deve desenvolver soluções rápidas e inovadoras para superar os efeitos do CV nos níveis social, sanitário, econômico e fiscal, em particular visando a recuperação econômica sustentável.
- 1.3. Ainda a propósito, as ações de desenvolvimento sustentável pelo BID observam suas diretrizes estratégicas que visam à mitigação e à adequação das economias da região da ALC aos desafios estabelecidos pelo processo de mudanças climáticas e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Isso tem gerado investimentos, em particular, em agricultura de baixo carbono, transporte sustentável, e uso eficiente e renovável de energia, além de apoio à maior inclusão social, a melhores condições de vida e de trabalho, à produtividade produtiva etc.
- 1.4. Um aspecto relevante na discussão sobre as prioridades de investimento é a articulação com políticas públicas que possam agregar efetivo valor às instituições financeiras de desenvolvimento (IFD), visando à possibilidade de reposicionamento de parcela do segmento para cadeias produtivas inseridas no conceito de sustentabilidade econômica. Para reduzir a lacuna de investimento para os diversos segmentos da economia, o setor financeiro deve estar apto a mobilizar capital privado, além de prezar pelo uso ainda mais eficiente de recursos públicos. Os investidores, a rigor, estão levando em consideração cada vez mais os fatores ambiental, social e de governança (ASG) em suas decisões de investimento, em linha com os ODS.
- 1.5. Com base em entrevista com mais de 600 elaboradores de políticas em países-membros

da Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e também fora da organização, a própria OCDE trabalhou com investidores e governos para publicar um plano de ação recomendado para 12 países sobre mudanças de política e pesquisa sobre o dever fiduciário das instituições financeiras em seis mercados da Ásia. O programa identificou a integração de fatores ASG nas pesquisas de investimento e em processos de análise que permitiu aos investidores tomar melhores decisões e melhorar o desempenho de maneira consistente com seu dever fiduciário.

- 1.6. No Brasil, as IFD, ao compor o Sistema Nacional de Fomento (SNF), apresentam-se como instrumento relevante de mobilização de recursos, apoio à implementação de política pública e atuação contracíclica. Em especial, essas instituições vêm agindo para que recursos financeiros sejam destinados para amplificar o impacto social das ações de financiamento, em linha com as diretrizes de sustentabilidade estabelecidas na forma dos ODS.
- 1.7. A prestação de serviços por parte do SNF em linha com as políticas públicas deve buscar objetivos comuns para as transformações que viabilizem o direcionamento de recursos para negócios sustentáveis a partir de discussão do panorama institucional e regulatório, e da estruturação de programas de investimentos em inovações que permitam a adaptação ao “novo normal” e ajudem a impulsionar a economia. O financiamento de ações estruturadas e em consonância com políticas públicas para acelerar a retomada dos negócios, uma vez estabilizada a crise sanitária, deve considerar uma ação coordenada do SNF, papel que pode ser facilitado pela Associação Brasileira de Desenvolvimento (ABDE), entidade representativa das instituições do SNF.
- 1.8. Com base na presente CT, identifica-se a oportunidade de apoiar a ABDE em seus esforços de articulação e coordenação no SNF acerca da política adotada a nível nacional e subnacional e a visão estratégica e de governança das IFD, particularmente para o estabelecimento de ações visando ao apoio de uma agenda voltada para o atendimento dos ODS.

2. Objetivo

- 2.1. O objetivo deste TdR é **contratar consultoria técnica para apoiar o processo de construção do Plano ABDE de Desenvolvimento Sustentável (Plano), que tem por objeto a apresentação de propostas concretas de políticas públicas e programas setoriais, com ênfase no financiamento**. O Plano deve contribuir para melhor inserção do SNF no desenvolvimento sustentável da economia, em linha com os ODS, o Acordo de Paris, a Agenda de Ação de Adis Abeba e o Relatório Stern produzido para o G7 Summit 2021.
- 2.2. Especificamente, esta consultoria se centrará em liderar a execução de atividades relacionadas à gestão do processo de elaboração do Plano, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria-Executiva da ABDE, tais como a promoção de conhecimento, o levantamento/sistematização de informações e dados, o apoio para a realização de eventos, o relacionamento institucional junto às associadas e demais parceiros, e ações de comunicação.

3. Atividades Principais

- 3.1. Para cumprir com esse objetivo de consultoria, espera-se sejam efetivadas as seguintes atividades:

- Atividade 1: Definição do plano de trabalho. A consultoria deve formalizar, em consonância com as diretrizes da Secretaria-Executiva da ABDE, um plano no qual se descreve as etapas do trabalho de gestão de atividades relacionadas à construção e divulgação do Plano e respectivos prazos de implementação. O plano de trabalho deve prever reuniões de rotina com a equipe de supervisão do BID, e, conforme o caso, da ABDE, para fins do devido acompanhamento do serviço de consultoria;
- Atividade 2: Levantamento e sistematização de informações e dados. A consultoria deve apoiar a elaboração técnica do Plano, participando na definição e condução de entrevistas com especialistas e em pesquisas sobre temas técnicos respectivos, na coleta de dados complementares, na construção do diagnóstico e das propostas a serem incluídas no texto do Plano;
- Atividade 3: Organização de eventos e apoio ao relacionamento institucional da ABDE. Espera-se que a consultoria possa gerenciar, em sintonia com as diretrizes da Secretaria-Executiva da ABDE, (i) a preparação e a organização de eventos institucionais que visam à promoção de conhecimento associado ao conteúdo do Plano e sua respectiva divulgação às partes interessadas, bem como (ii) apoiar o relacionamento institucional da ABDE e sua interlocução com o setor público e privado nesse processo;
- Atividade 4: Apoio em plataformas de comunicação institucional: A consultoria deve apoiar os processos de comunicação oficial da ABDE na mídia e nas redes sociais para facilitar a troca de informações inerentes a este processo;
- Atividade 5: Apresentação de Relatórios de Atividades. O consultor deve prover ao BID relatórios intermediários e Relatório Final sobre as ações desempenhadas em conformidade com este TdR no respectivo período de abrangência. O Relatório Final deve conter um resumo das atividades executadas e sua aderência ao plano original de trabalho.

4. Resultados e Produtos Esperados

- 4.1 Os documentos gerados devem ser apresentados em português após anuência da ABDE.
- 4.2 Espera-se um plano de trabalho, com indicação das informações que devem ser consideradas para os fins estabelecidos nas atividades descritas neste TdR em até 15 dias após a assinatura do contrato.

5. Critérios de Aceitação e Requisitos para a Consultoria

- 5.1 Os estudos e o Documento Final serão revisados por parte da equipe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e considerados concluídos uma vez que os comentários e sugestões sejam atendidos por parte da consultoria.
- 5.2 O prazo para entrega dos produtos esperados da consultoria, a partir de sua contratação, será de **4 meses**.

6. Supervisão e Prestação de Contas

- 6.1 As tarefas serão supervisionadas pelos especialistas Luciano Schwartz (IFD/CMF), Rafael Lima (IFD/CMF) e Maria Netto (IFD/CMF), com apoio de Rodrigo Porto (IFD/CMF).

7. Calendário de Pagamentos

- 7.1. As condições de pagamento serão baseadas nas etapas do projeto ou nos resultados obtidos. O BID espera não fazer pagamentos antecipados em contratos de consultoria, a menos que seja necessária uma quantidade destinada a viagens e missões. O BID deseja receber a proposta de custo mais competitiva para os serviços aqui descritos.

Calendário de Pagamentos	
<i>Resultado</i>	<i>%</i>
1. <i>Entrega do plano de trabalho</i>	30%
2. <i>Entrega do Primeiro Relatório de Atividades</i>	20%
3. <i>Entrega do Segundo Relatório de Atividades</i>	20%
4. <i>Entrega do Relatório Final de Atividades</i>	30%
TOTAL	100%

IFD/CMF**BRAZIL****STRENGTHENING THE INSTITUTIONAL NETWORK OF DEVELOPMENT FINANCE INSTITUTIONS IN BRAZIL FOR A
DIGITAL, INCLUSIVE, DIVERSE, AND SUSTAINABLE RECOVERY****BR-T1486****TERMO DE REFERÊNCIA**

(Consultoria para elaboração de estudo contendo recomendações e propostas para constituição de fundo de aval destinado ao apoio de operações de crédito para MPMEs no Brasil, tendo em vista o processo de retomada econômica e gestão de risco mais restrito após os programas emergenciais decorrentes dos efeitos da pandemia da Covid-19)

1. Antecedentes e Justificativa

- 1.1. Estabelecido em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID" ou "Banco") é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe (ALC). Oferece empréstimos, doações, garantias, assessoria política e assistência técnica aos setores público e privado de seus países mutuários.
- 1.2. A defesa do tecido produtivo e do emprego, especialmente a melhoria do acesso e das condições de crédito para as Micro, Pequenas e Médias Empresas (MPMEs), têm sido os principais objetivos políticos do BID na ALC ao longo de sua história. Por esse motivo, a crise de rápido desenvolvimento devido à pandemia de coronavírus (CV) e a doença que ela causa (COVID-19) representam um desafio histórico. Além do risco para a saúde que representa, a pandemia pode reduzir a renda e eliminar o emprego de milhões de pessoas. Embora seja difícil prever qual será o impacto a médio e longo prazo, é claro que nossa região deve desenvolver soluções rápidas e inovadoras para superar os efeitos do CV nos níveis social, sanitário, econômico e fiscal.
- 1.3. Com efeito, a defesa do tecido produtivo e do emprego foi uma das quatro áreas de ação prioritárias selecionadas pelo Grupo do BID para enfrentar a pandemia. O BID se comprometeu a apoiar os países da ALC na formulação, operacionalização e execução de medidas de política pública destinadas a apoiar as MPMEs afetadas pela crise e a financiá-las por meio de programas de acesso ao crédito e garantias de liquidez de curto prazo. desenvolvimento produtivo, juntamente com empréstimos ou garantias para cadeias de valor estratégicas.
- 1.4. Para as instituições financeiras, a questão das garantias apresenta-se como elemento fundamental na concessão de crédito a um segmento que registra taxas substancialmente mais elevadas de inadimplência e maior taxa de mortalidade dos negócios do que as grandes empresas.
- 1.5. Mecanismos de garantias são arranjos institucionais implementados com o propósito de mitigar riscos e reduzir custos no setor financeiro, facilitando o acesso ao crédito para empresas com projetos viáveis, mas com insuficiência de garantias. A ausência de um programa de garantias adequado para lidar com o problema da assimetria informacional pode colocar em risco o mercado de MPMEs, o que tem justificado esforços para lidar

com essa questão.

- 1.6. Os fundos de aval no Brasil são instrumentos positivos para ampliar o acesso das empresas a instrumentos de crédito. Eles conferem uma adicionalidade ao mercado financeiro ao aumentar a disponibilidade de recursos para empréstimos ou reduzir o custo a um segmento com menor escala operacional e informação disponível para análise do risco de crédito, especialmente em momentos de empoçamento de recursos no mercado.
- 1.7. A criação dos programas garantidores em resposta à crise da Covid-19 se beneficiou dos aprendizados obtidos com os fundos de aval nacionais. Devido às experiências anteriores, a utilização das garantias, que já eram conhecidas e amplamente utilizadas no sistema financeiro nacional, pôde ocorrer de maneira mais rápida para destravar o crédito às MPMEs.
- 1.8. Ainda que os programas garantidores tenham se tornado centrais para as políticas públicas de combate aos efeitos econômicos da pandemia da Covid-19, os modelos de atuação dos fundos de aval no Brasil ainda parecem requerer análise mais aprofundada para o desenho de estruturas capazes de aliar sustentabilidade financeira e ampliação nas escalas de atendimento no momento de retomada da economia e de processos de gestão de risco mais estritos.
- 1.9. De fato, as medidas emergenciais tomadas no enfrentamento da crise da Covid-19 provocaram uma suavização das normas prudenciais visando evitar o empoçamento de liquidez e o auxílio financeiro imediato às empresas em período de crise. Nesse sentido, o momento agudo do choque de oferta e de demanda resultou, para as instituições financeiras, em medidas que geraram a redução do requerimento de capital nas operações de crédito, a dispensa de provisionamento para renegociação dessas operações, entre outras.
- 1.10. Para os fundos de aval, as lições aprendidas e a discussão do aprimoramento de mecanismos de garantia são fundamentais para o uso contínuo e não apenas emergencial, ainda que a necessidade e as restrições de crédito, exacerbadas em momentos de crise, sejam características permanentes do segmento das MPMEs.
- 1.11. Com base na presente CT, é possível apoiar a realização de programa que proponha recomendações técnicas para maior capacidade financeira no apoio ao crédito às MPMEs por intermédio de fundos de aval no Brasil, segundo parâmetros que possam sinalizar maior potencial de êxito na mobilização de recursos e controle de risco.
- 1.12. Isso é particularmente relevante para o fortalecimento das Instituições Financeiras de Desenvolvimento (IFD) no Brasil. A atuação desse setor tem sido um fator importante na busca por soluções financeiras para o desenvolvimento econômico resiliente e sustentável do País. Nessa perspectiva, o BID vem buscando desenvolver um processo de acompanhamento de medidas de progresso no âmbito do SNF para enfrentamento dos desafios impostos pela pandemia, principalmente no que concerne à mitigação dos efeitos da crise econômica sobre as MPMEs e os impactos sobre o nível de eficiência e hígidez das IFD. Esse processo inclui o apoio a mecanismos de garantia que possam amparar suas operações, mitigar riscos e viabilizar novas oportunidades de negócio.
- 1.13. Portanto, programa da espécie pode identificar e melhor estruturar medidas adequadas para o apoio institucional do BID junto às instituições financeiras do Sistema Nacional de Fomento (SNF), fortalecendo suas capacidades técnicas e institucionais e viabilizando parcerias que mitiguem o risco das operações e melhor atendam aos objetivos previstos nesta CT.

2. Objetivo

- 2.1. O objetivo deste TdR é contratar consultoria técnica para realizar um estudo que apresente recomendações e propostas para a implementação de um mecanismo de garantia apropriado em operações de crédito a MPMEs no Brasil, a partir da identificação e análise de fragilidades inerentes aos processos críticos das estruturas já em funcionamento no país. Assume-se que as recomendações possam ajudar a gestão eficiente de negócios com MPMEs, tendo em vista: (i) o momento de retomada da atividade produtiva e de processos de gestão de risco mais estritos por parte das instituições financeiras, relativamente àqueles implementados durante a aplicação dos programas emergenciais no período agudo da pandemia da Covid-19; (ii) a importância do mecanismo de garantia em face da situação das carteiras de crédito a MPMEs do setor financeiro, com foco nas IFDs no Brasil, e (iii) os fatores de sucesso e indicadores de desempenho de fundos de aval que permitam apoiar uma agenda permanente, levando em conta as particularidades do risco de crédito ao segmento das MPMEs.

3. Escopo dos Serviços

- 3.1. Especificamente, esta consultoria se centrará em promover atividades de promoção de conhecimento e levantamento de informações e dados para provimento de recomendações técnicas sobre a gestão financeira de carteiras operacionais. Não se inclui no escopo da atividade da consultoria o levantamento e a análise dos impactos das intervenções das IFDs sob o setor das MPMEs, ou efeitos daí decorrentes sobre o tecido econômico e social.
- 3.2. O BID requer uma proposta de assessoria legal e financeira em consonância com o disposto no objetivo da consultoria, que deve estar dividida em duas etapas: (i) estudo preliminar e (ii) estudo final.

4. Atividades Principais

- 4.1. Para cumprir com esse objetivo de consultoria, espera-se sejam efetivadas as seguintes atividades:
- Atividade 1: Definição do plano de trabalho. A consultoria deve formalizar um plano no qual se descreve as etapas da pesquisa e respectivos prazos, um sumário detalhado para o documento final, os documentos acessórios, e o marco metodológico a ser aplicado. Ademais, o plano de trabalho deve prever reuniões de rotina entre as equipes da consultoria e de supervisão do BID, para fins do devido acompanhamento das etapas de execução do serviço de consultoria;
 - Atividade 2: Levantamento e sistematização de informações e dados. A consultoria deve definir o rol de informação e dados e aplicar a metodologia apropriada para viabilizar pesquisa sobre os processos críticos para o desempenho apropriado de fundos de aval no apoio a operações de crédito a MPMEs, incluindo medidas de governança, de estrutura de gerenciamento de riscos e de patrimônio, de logística operacional e tecnologia da informação, além de transparência para mobilização de

parceiros estratégicos. O levantamento deve considerar pesquisas bibliográficas e de campo, e as informações devem estar organizadas na forma de um Estudo Preliminar;

- Atividade 3: Análise e recomendações para constituição de um fundo de aval para MPMEs (Estudo Final). Espera-se que a consultoria possa concluir análise dos gargalos e sugestões de melhores práticas para endereçar os processos críticos visando à configuração de um mecanismo de garantia sustentável sob o aspecto financeiro e eficaz do ponto de vista do apoio setorial, particularmente pelas IFD.
- Atividade 4: Apresentação dos resultados apurados. A consultoria será requerida para apresentar o resultado da pesquisa (conforme Documento Final), seja por intermédio de reuniões técnicas com participantes selecionados pelo BID, ou por intermédio de um webinar, a critério do referido banco.

5. Resultados e Produtos Esperados

- 5.1. Estudo preliminar: indicando os aspectos constantes da descrição da atividade 2.
- 5.2. Estudo final: indicando as recomendações constantes na atividade 3.
- 5.3. Os documentos gerados devem ser apresentados em português, sendo que o Estudo Final deve incluir tabela de conteúdo, resumo executivo, introdução, marco metodológico, conclusões e referências bibliográficas.
- 5.4. Também se prevê apresentação final dos resultados para discussão com a equipe do BID e demais participantes julgados necessários pela equipe responsável do BID, seja por intermédio de reuniões técnicas com participantes selecionados pelo BID, ou por intermédio de um webinar, a critério do referido banco.

6. Cronograma de Implementação.

- 6.1. A consultoria deve observar o seguinte cronograma:
 - Um plano de trabalho contendo o *outline* e demais etapas do planejamento da pesquisa, conforme atividade 1 (15 dias a partir de sua contratação);
 - Prazo para entrega dos produtos esperados da consultoria, a partir de sua contratação, será de 4 meses.

7. Critérios de Aceitação e Requisitos para a Consultoria

- 7.1. Os estudos serão revisados por parte da equipe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e considerados concluídos uma vez que os comentários e sugestões sejam atendidos por parte da consultoria.

8. Supervisão e Prestação de Contas

- 8.1. As tarefas serão supervisionadas pelos especialistas Luciano Schwartz (IFD/CMF), Rafael Lima (IFD/CMF) e Maria Netto (IFD/CMF), com apoio de Rodrigo Porto (IFD/CMF).

9. Calendário de Pagamentos

- 9.1. As condições de pagamento serão baseadas nas etapas do projeto ou nos resultados obtidos. O BID espera não fazer pagamentos antecipados em contratos de consultoria, a menos que seja necessária uma quantidade destinada a viagens e missões. O BID deseja receber a proposta de custo mais competitiva para os serviços aqui descritos.

<u>Calendário de Pagamentos</u>	
<u>Resultado</u>	<u>%</u>
1. Entrega do plano de trabalho e do outline	10%
2. Entrega do Estudo Preliminar	40%
3. Entrega do Estudo Final após comentários e sugestões.	50%
TOTAL	100%

IFD/CMF**BRAZIL****STRENGTHENING THE INSTITUTIONAL NETWORK OF DEVELOPMENT FINANCE INSTITUTIONS IN BRAZIL FOR A
DIGITAL, INCLUSIVE, DIVERSE, AND SUSTAINABLE RECOVERY****BR-T1486****TERMO DE REFERÊNCIA**

(Consultoria para elaboração de estudo diagnóstico e recomendações para adequada gestão financeira de carteira creditícia de DFI com MPMEs no Brasil, especialmente em face da necessidade de atendimento às demandas desse setor empresarial e da conjuntura econômica vigente)

1. Antecedentes e Justificativa

- 1.1. Estabelecido em 1959, o Banco Interamericano de Desenvolvimento ("BID" ou "Banco") é a principal fonte de financiamento para o desenvolvimento econômico, social e institucional da América Latina e do Caribe (ALC). Oferece empréstimos, doações, garantias, assessoria política e assistência técnica aos setores público e privado de seus países mutuários.
- 1.2. A defesa do tecido produtivo e do emprego, especialmente a melhoria do acesso e das condições de crédito para as MPMEs, têm sido os principais objetivos políticos do BID na ALC ao longo de sua história. Por esse motivo, a crise de rápido desenvolvimento devido à pandemia de coronavírus (CV) e a doença que ela causa (COVID-19) representam um desafio histórico. Além do risco para a saúde que representa, a pandemia pode reduzir a renda e eliminar o emprego de milhões de pessoas. Embora seja difícil prever qual será o impacto a médio e longo prazo, é claro que nossa região deve desenvolver soluções rápidas e inovadoras para superar os efeitos do CV nos níveis social, sanitário, econômico e fiscal.
- 1.3. Com efeito, a defesa do tecido produtivo e do emprego foi uma das quatro áreas de ação prioritárias selecionadas pelo Grupo do BID para enfrentar a pandemia. O BID se comprometeu a apoiar os países da ALC na formulação, operacionalização e execução de medidas de política pública destinadas a apoiar as MPMEs afetadas pela crise e a financiá-las por meio de programas de acesso ao crédito e garantias de liquidez de curto prazo. desenvolvimento produtivo, juntamente com empréstimos ou garantias para cadeias de valor estratégicas.
- 1.4. Desde a incidência da crise, as instituições financeiras de desenvolvimento (IFD) no Brasil, componentes do Sistema Nacional de Fomento (SNF), apresentaram-se como instrumento relevante de mobilização de recursos e atuação contracíclica. Em especial, essas instituições vêm agindo para que recursos financeiros sejam destinados às MPMEs, seja pelo financiamento direto ou pela estruturação de instrumentos garantidores.
- 1.5. Tendo em vista as políticas econômico-financeiras em andamento, o BID vem buscando desenvolver um processo de acompanhamento destas medidas no âmbito do SNF, principalmente no que concerne à mitigação dos efeitos da crise econômica sobre as

MPMEs. Esse processo vem permitindo desenvolver ações de recuperação econômica por intermédio da mitigação de riscos e busca por novas oportunidades em operações com o setor em pauta.

- 1.6. Não obstante, o recente recrudescimento da pandemia no Brasil e as medidas para mitigação dos efeitos da crise na saúde pública e na economia afetaram novamente os setores produtivos, em especial as MPMEs, em momento de renovação de linhas de crédito contratadas para repor a liquidez necessária ao pagamento de compromissos correntes. Para as instituições financeiras de desenvolvimento, o agravamento do risco de crédito das carteiras de MPMEs pode ocasionar ações de relativo enxugamento da liquidez que, em que pese buscarem preservar a saúde financeira das instituições de crédito, podem gerar deterioração dos ativos financeiros que derivam de bons e viáveis empreendimentos.
- 1.7. Nesse sentido, identifica-se a necessidade de agregar mais esforços de acompanhamento e de apoio técnico ao SNF, que permitam atuação mais segura e eficiente visando a melhoria das condições de atendimento ao setor de MPMEs, que, embora estratégico sob a ótica do impacto socioeconômico no país, ainda se revela extremamente vulnerável aos choques sequenciais de oferta e de demanda oriundos da pandemia.
- 1.8. Com base na presente CT, é possível apoiar a realização de programa no âmbito do SNF que permita identificar, em instituição beneficiária e na forma de programa piloto, a aderência a fatores que sinalizem maior capacidade no atendimento às demandas por serviços financeiros pelas MPMEs.
- 1.9. Programa da espécie pode ser um case adicional para identificar e melhor estruturar medidas adequadas para o apoio institucional do BID junto às instituições financeiras do SNF, fortalecendo suas capacidades técnicas e institucionais e viabilizando parcerias que melhor atendam aos objetivos previstos nesta CT.

2. Objetivo

- 2.1. O objetivo deste TdR é contratar consultoria técnica para realizar um programa com instituição financeira de desenvolvimento (IFD) associada à ABDE para ampliar a sua capacidade operacional no atendimento às demandas de MPMEs. Para tanto, o programa prevê análise das condições da carteira creditícia da IFD e desenho de estratégia de captação de recursos com base nos objetivos estabelecidos pela instituição financeira, em face da necessidade de atendimento às demandas desse setor empresarial e do mercado investidor.

3. Escopo dos Serviços

- 3.1. Especificamente, esta consultoria se centrará em promover atividades de consultoria técnica dirigida à IFD para provimento de recomendações sobre a gestão financeira de carteiras operacionais. Não se inclui no escopo da atividade da consultoria o levantamento e a análise dos impactos das intervenções da IFD sob o setor das MPMEs, ou efeitos daí decorrentes sobre o tecido econômico e social.
- 3.2. O BID requer uma proposta de assessoria legal e financeira em consonância com o disposto no objetivo da consultoria, que deve estar dividida em duas etapas: (i) diagnóstico e (ii) recomendações.

4. Atividades Principais

4.1. Para cumprir com esse objetivo e escopo de consultoria, espera-se sejam efetivadas as seguintes atividades:

- Atividade 1: Definição do plano de trabalho. A consultoria deve formalizar um plano no qual se descreve as etapas da pesquisa e respectivos prazos, um sumário detalhado para o documento final, os documentos acessórios, e o marco metodológico a ser aplicado;
- Atividade 2: Diagnóstico da gestão financeira de operações com MPMEs. Espera-se que a consultoria possa desenvolver estratégia metodológica para realizar um levantamento de dados e informações atinentes à IFD participante do programa. Com base nesse levantamento, a consultoria deve promover uma revisão de melhores práticas, análise do contexto regulatório e legal, bem como avaliação da natureza e qualidade das carteiras e classes de ativos que serão objeto da estratégia de financiamento na forma da atividade 3.
- Atividade 3: Promoção de recomendações relacionadas à estratégia de financiamento das operações com MPMEs. Em momentos de crise econômica, busca-se adequação de ferramentas e soluções eficientes de gestão financeira de carteiras de investimento ao novo perfil de risco das operações, conforme setor econômico e características regionais e demográficas. As recomendações devem propor o desenho da estratégia de captação mais adequada ao perfil legal e operacional da IFD, presente as expectativas de investidores nacionais e internacionais, além de apoiar a instituição financeira em sua preparação interna para um eventual seguimento da estratégia recomendada.

5. Produtos Esperados

- 5.1. Estudo de diagnóstico, elencando as informações constantes na atividade 2;
- 5.2. Relatório Final, consolidado com recomendações da estratégia correspondente, em linha com atividade 3.

6. Cronograma de Implementação.

6.1. A consultoria deve observar o seguinte cronograma:

- Um plano de trabalho contendo o *outline* e demais etapas do planejamento da pesquisa, conforme atividade 1 (15 dias após a contratação);
- Um estudo de diagnóstico contendo o resultado preliminar da atividade 2 para revisão da equipe de coordenação do BID até o mês de xxxxxxx de 2022;
- Uma minuta de relatório final incorporando o conteúdo da atividade 3 ao relatório anterior, para os comentários do BID;
- Uma apresentação final dos resultados para discussão com a equipe do BID e demais participantes julgados necessários pela equipe responsável do BID, decorridos 4 meses da contratação.

7. Crêterios de Aceitação e Requisitos para a Consultoria

7.1. Para a realização desta consultoria, a empresa contratada deve demonstrar qualificação e experiência comprovada nas seguintes áreas:

7.1.1 Experiência laboral profissional: economia e finanças, com experiência comprovada no setor financeiro, em particular no tocante a:

- estrutura regulamentar aplicável ao funcionamento das instituições financeiras e, em particular, daquelas que integram o SNF;
- temas relacionados com o financiamento de MPMEs; e

7.1.2 Experiência em avaliar modelos de gestão financeira de carteiras de crédito e de gerenciamento de risco de ativos financeiros, mecanismos de gestão de capital e de desenho ou avaliação de programas de financiamento para MPMEs;

7.2. Os estudos são revisados por parte da equipe da Divisão de Conectividade, Mercados e Finanças do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e considerados concluídos uma vez que os comentários e sugestões sejam atendidos por parte da consultoria.

8. Supervisão e Prestação de Contas

8.1. As tarefas são supervisionadas pelos especialistas Luciano Schwartz (IFD/CMF), Rafael Lima (IFD/CMF), e Maria Netto (IFD/CMF), com apoio de Rodrigo Porto (IFD/CMF).

9. Calendário de Pagamentos

9.1. As condições de pagamento são baseadas nas etapas do projeto ou nos resultados obtidos. O BID espera não fazer pagamentos antecipados em contratos de consultoria, a menos que seja necessária uma quantidade destinada a viagens e missões. O BID deseja receber a proposta de custo mais competitiva para os serviços aqui descritos.

Calendário de Pagamentos	
Resultado	%
1. <i>Entrega do plano de trabalho e dos outlines</i>	10%
2. <i>Entrega do estudo de diagnóstico</i>	40%
3. <i>Entrega do relatório final consolidando as recomendações respectivas.</i>	50%
TOTAL	100%

